

ÍNDICE

<i>Nota à 3ª edição</i>	11
<i>Nota à 2ª edição</i>	13
1. Introdução	15
2. Sociedade limitada. Conceito	19
2.1. Empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI	24
3. Sociedade limitada. Noção histórica	31
4. Regime legal da sociedade limitada	33
5. Integralização do capital social	35
5.1. Responsabilidade solidária dos sócios pela integrali- zação do capital	37
5.2. Responsabilidade pela exatidão do capital	41
5.3. Ação judicial para integralização do capital	43
6. Exceções à regra da irresponsabilidade do sócio na socie- dade com capital integralizado	45
6.1. Responsabilidade dos sócios perante o fisco (crédito tributário)	46
6.1.1. O responsável tributário	46
6.1.2. Responsabilidade de terceiros	48
6.1.2.1. Inaplicabilidade do art. 134, VII, do CTN à sociedade limitada	49
6.1.2.2. Responsabilidade dos sócios-gerentes, diretores ou representantes, segundo o art. 135, III, do CTN	50
6.1.2.3. A imputação da responsabilidade, nos termos do art. 135, III, do CTN não	

guarda relação com a teoria da descon-	52
sideração da personalidade jurídica	
6.1.2.4. Responsabilidade do sócio-gerente,	
diretor ou administrador <i>por transferên-</i>	
<i>cia</i> (não por substituição)	53
6.1.2.5. Âmbito de incidência da responsabili-	
dade do sócio-gerente, diretor ou admi-	
nistrador	62
6.1.2.6. Natureza da responsabilidade do respon-	
sável tributário designado no art. 135,	
III, do CTN	62
6.1.2.7. Responsabilidade decorrente de exces-	
so de poderes	66
6.1.2.8. Responsabilidade decorrente de infra-	
ção do contrato social	67
6.1.2.9. Responsabilidade decorrente de infra-	
ção da lei	68
6.1.2.10. Legitimidade passiva para a ação de	
execução fiscal	74
6.1.2.11. Caráter subsidiário da responsabili-	
dade do sócio-gerente	76
6.1.2.12. Prova dos atos ilícitos como pressu-	
posto de imputação da responsabili-	
dade ao sócio-gerente	78
6.1.2.13. Meios de defesa do sócio-gerente, di-	
retor ou administrador	80
6.1.2.14. Impenhorabilidade da residência do	
sócio-gerente, segundo a Lei do Bem	
de Família	81
6.1.2.15. Impenhorabilidade da meação da mu-	
lher do sócio-gerente	82
6.2. Responsabilidade dos sócios-gerentes perante a segu-	
ridade social	84
6.3. Responsabilidade perante o crédito trabalhista	89

6.3.1. Responsabilidade de grupo empresarial	90
6.3.2. Responsabilidade dos sócios	92
6.3.3. Prioridade do direito do trabalhador. Fundamento constitucional	95
6.3.3.1. Os princípios e sua formulação constitucional	100
6.3.3.2. O princípio da dignidade da pessoa humana	103
6.3.3.3. Solução para o conflito que se estabelece entre o direito do sócio e o direito do trabalhador	104
6.3.4. Consequências da imputação da responsabilidade aos sócios	110
6.3.5. Inaplicabilidade do critério de priorização do direito do trabalhador em caso de verba reparatória de danos morais	112
6.4. Responsabilidade dos sócios perante crédito decorrente de acidente do trabalho	116
6.4.1. Legitimidade passiva da sociedade empregadora em caso de ação de indenização por acidente de trabalho fundada em dolo ou culpa	117
6.4.2. Imputação de responsabilidade subsidiária aos sócios	118
6.4.3. Inaplicação do critério de priorização do direito do trabalhador quanto a verbas indenizatórias de danos morais ou de danos materiais sem conotação alimentar	121
6.5. Outros casos de responsabilidade extraordinária dos sócios, segundo o Código Civil	122
6.5.1. Responsabilidade dos sócios por aprovação de deliberações infringentes do contrato ou da lei	123
6.5.1.1. Dissolução irregular da sociedade	125
6.5.1.1.1. Sócios excepcionalmente não responsáveis.....	131

6.5.2. Responsabilidade dos administradores	133
6.5.2.1. Responsabilidade dos administradores perante a sociedade	134
6.5.2.2. Responsabilidade dos administradores e da sociedade perante terceiros	136
6.5.2.3. Responsabilidade dos administradores e da sociedade pela prática de atos exce- dentes ao objeto social (teoria <i>ultra vires</i> <i>societatis</i>)	140
6.5.2.4. Responsabilidade dos administradores em caso de dissolução da sociedade ...	142
6.5.2.5. Responsabilidade dos integrantes do conselho fiscal	143
6.5.2.6. Responsabilidade decorrente da perda da pluralidade social (remanescência de apenas um sócio)	144
6.6. Responsabilidade dos sócios por abuso ou fraude — desconsideração da personalidade jurídica	147
6.6.1. Noções gerais a respeito da teoria da desconsi- deração da personalidade jurídica	147
6.6.2. Desconsideração e o princípio da preservação da pessoa jurídica	152
6.6.3. Positivção da teoria da desconsideração da personalidade jurídica em nosso Direito	153
6.6.4. Espécies de desconsideração: <i>própria</i> (tam- bém chamada <i>inversa</i>) e <i>imprópria</i> (tam- bém chamada <i>direta</i>)	154
6.6.4.1 Teoria maior e teoria menor da descon- sideração	161
6.6.5. Desconsideração e outras hipóteses legais de res- ponsabilidade dos sócios e administradores	162
6.6.6. Desconsideração da personalidade jurídica no Código de Defesa do Consumidor	164

6.6.7. Desconsideração da personalidade jurídica no Código Civil	183
6.6.8. Desconsideração da personalidade jurídica na Lei Antitruste	188
6.6.9. Desconsideração da personalidade jurídica na Lei do Meio Ambiente	189
6.6.10. Desconsideração da personalidade jurídica no processo de falência	190
7. Natureza subsidiária da responsabilidade do sócio	195
8. Aspectos processuais	199
8.1. Meios processuais para a desconsideração da personalidade jurídica	201
8.1.1. Procedimento para a desconsideração incidental.....	213
8.2. Imprescindibilidade de decisão judicial para a desconsideração da personalidade jurídica	216
8.3. Meios de prova exigíveis para a desconsideração	220
8.4. Recurso cabível contra a decisão que desconsidera a personalidade jurídica. Legitimidade para recorrer	222
8.5. Inclusão formal dos sócios na execução: anotações na distribuição, no registro e na autuação	224
8.6. Meios de defesa para os sócios	226
8.6.1. Meios de defesa no cumprimento de sentença e no processo de execução	226
8.6.1.1. Impugnação ao cumprimento de sentença condenatória	226
8.6.1.2. Embargos à execução	230
8.6.1.3. Exceção de pré-executividade	232
8.6.2. Meios de defesa para os sócios no processo de falência	239
8.7. Meio de defesa para a sociedade no processo de execução contra o sócio	239
8.8. Impenhorabilidade do bem de família	241

8.9. A meação do cônjuge do sócio	247
9. Início e fim da responsabilidade dos sócios	253
10. Conclusão	261
<i>Bibliografia</i>	265